

O QUOCIENTE DE INTELIGÊNCIA COMO CARACTERÍSTICA NEUROPSICOLÓGICA NOS AGRESSORES SEXUAIS

THE INTELLIGENCE QUOTIENT AS A NEUROPSYCHOLOGICAL CHARACTERISTIC IN SEXUAL OFFENDERS

Marlene C. Marques¹ e Lígia Ferros²

PSIQUE • E-ISSN 2183-4806 • VOLUME XVIII • ISSUE FASCÍCULO 1
1ST JANUARY JANEIRO - 30TH JUNE JUNHO 2022 • PP. 8-26

DOI: <https://doi.org/10.26619/2183-4806.XVIII.1.1>

Submitted on 21.01.21 Submetido a 21.01.21

Accepted on 9.07.21 Aceite a 9.07.21

Resumo

A relação entre características neuropsicológicas, nomeadamente a inteligência geral (QI), e o crime de abuso sexual tem recebido atenção considerável na literatura. Embora não haja consenso absoluto, os resultados sugerem que os ofensores sexuais constituem um grupo de sujeitos caracterizado por um desempenho individual limitado. O presente artigo avalia a inteligência geral de 50 indivíduos a cumprirem medida privativa de liberdade por crimes de abuso sexual, no Estabelecimento Prisional do Porto, partindo da hipótese de que esta população possuirá um QI indicador de um funcionamento intelectual deficitário. Os instrumentos utilizados incluem um questionário para recolha de dados sociodemográficos e um instrumento de avaliação da inteligência geral, a Forma Geral das Matrizes Progressivas de Raven – FG-MPR (Raven et al., 2001). Os resultados obtidos confirmam a hipótese avançada.

Palavras-chave: crime, abuso sexual, inteligência, neuropsicologia

Abstract

The relationship between neuropsychological characteristics, namely general intelligence (IQ), and the crime of sexual abuse has received considerable attention in the literature. Although there is no absolute consensus, the results suggest that sexual offenders are a group of subjects characterized by a limited individual performance. This article evaluates the general intelligence of 50 individuals incarcerated at Oporto Prison, based on the hypothesis that this population have

1 Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade Lusíada do Porto. Psicóloga na Divisão de Psicologia da Polícia de Segurança Pública. Porto, Portugal. E-mail: mcmarques.psic@gmail.com

2 Professora na Universidade Lusíada do Porto. Diretora Científica do INSPSIC – Instituto Português de Psicologia. Porto, Portugal. Email: ligiacferros@por.ulusiada.pt

an IQ indicating deficient intellectual functioning. The instruments used include a questionnaire for collecting sociodemographic data and an instrument for evaluating general intelligence, the General Form of Raven's Progressive Matrices - FG-MPR (Raven et al., 2001). The results obtained confirm the advanced hypothesis.

Keywords: crime, sexual abuse, intelligence, neuropsychology

O Quociente de Inteligência como Característica Neuropsicológica nos Agressores Sexuais

O crime, na sua configuração mais genérica e inseparável da própria condição social da humanidade, tem sofrido ao longo da história inúmeras alterações. Atualmente, apresenta as características de um fenómeno social (Cusson, 2007), manifestando-se em todas as sociedades, de uma forma complexa, com repercussões a vários níveis, dando assim origem ao surgimento de uma variedade de modelos explicativos, alguns dos quais consagrando a distinção entre os diferentes tipos de crime.

Ao longo das últimas décadas, têm sido muitas as evidências que sugerem que o funcionamento intelectual está associado ao crime (Hirschi & Hindelang, 1977; Wilson & Herrnstein, 1985). Embora muitos investigadores considerem os fatores sociológicos, como a etnia ou a pobreza, os grandes responsáveis pelo crime, outros tentaram demonstrar a importância do funcionamento intelectual na compreensão do comportamento criminoso. Neste âmbito surgiram duas explicações principais para o papel do desempenho intelectual no crime. Em primeiro lugar, foi sugerido que o crime e a criminalidade são indiretamente influenciados por um baixo quociente de inteligência (QI) associado ao baixo desempenho escolar, desempenho profissional e adaptação e integração social em geral (Magdol et al., 1998; Ward & Tittle, 1994, citado por Guay et al., 2005). Uma segunda explicação da relação entre inteligência e crime é chamada de hipótese direta, segundo a qual indivíduos com baixo QI têm menos probabilidade de antecipar as consequências das suas ações e de compreender o sofrimento dos outros (Cusson, 1998). Portanto, pode-se supor, por um lado, que a inteligência pode influenciar o desenvolvimento do comportamento criminoso e, por outro, a forma como os crimes são cometidos (Guay et al., 2005). Assim, os estudos da relação entre crime e inteligência têm-se focado, principalmente, na avaliação do impacto negativo do funcionamento intelectual sobre comportamento criminoso e na avaliação da influência do baixo QI em variáveis como o planeamento do crime e a gravidade das ofensas.

De facto, a investigação levada a cabo nos últimos anos, tem deixado clara a existência de uma ligação entre níveis baixos de QI e o envolvimento criminoso (Diaz et al., 1994; Jolliffe & Farrington, 2004).

Numa investigação conduzida por Diaz et al. (1994), foi proposto que um QI mais baixo restringe a probabilidade de sucesso académico na escola o que, conseqüentemente poderá aumentar a probabilidade de execução de atos delinquentes. De forma mais ampla, a pesquisa que teve como objetivo examinar as origens do comportamento ofensivo (particularmente na delinquência juvenil) identificou o baixo QI como um preditor do comportamento criminoso (Diaz et al., 1994).

Um outro grupo de investigadores também demonstrou que indivíduos com níveis de QI mais baixos são mais propensos a cometer crimes mais graves e violentos (Hayes & McIlwain, 1988; Martell, 1991, citado por Freeman, 2012). Além disto, existem evidências que demonstram que os infratores apresentam um QI mais baixo do que os não infratores (Wilson & Herrnstein, 1985, citado por Freeman, 2012).

Outros autores encontraram ligações entre uma inteligência deficitária e o comportamento criminoso (McGarvey et al., 1981; Culbertson et al., 1989, citado por Freeman, 2012).

Gibson e West (1970) compararam delinquentes com não delinquentes com recurso a testes de inteligência. Verificaram que os sujeitos inseridos nos grupos de delinquentes pontuaram mais baixo nos subtestes verbais e não verbais. Estes resultados foram posteriormente confirmados por Wolfgang et al. (1972), que utilizaram uma amostra de 9945 indivíduos. As diferenças encontradas indicaram que o grupo de não delinquentes pontuou mais alto nos instrumentos que avaliaram a inteligência. Yeudall et al. (1982) também encontraram diferenças significativas entre o QI de delinquentes e não delinquentes, tendo estes últimos obtido melhores resultados.

Alguns autores atribuem esta relação ao facto de indivíduos com menor inteligência serem mais vulneráveis a envolverem-se em crimes, uma vez que têm uma capacidade reduzida de compreender e comunicar de forma eficaz, perante possíveis ameaças interpessoais (Welte & Wieczorek, 1999).

Contudo, é importante evidenciar que nem todos os indivíduos com QI baixo estão predispostos ou incorrem em crimes, uma vez que o comportamento humano, mais especificamente a passagem ao ato criminal, resulta de um conjunto de fatores.

Concluindo, podemos dizer que segundo os estudos apresentados, as condutas criminosas parecem apresentar um fator comum relacionado com um funcionamento intelectual deficitário. Isto permite-nos questionar se este desempenho intelectual mais baixo apresenta diferenças significativas quando se distinguem os vários tipos de crime, nomeadamente aqueles que estão relacionados com condutas sexuais.

Para isso, reveste-se de grande importância, antes de mais, fazer um enquadramento jurídico dos crimes sexuais, no plano jurídico português.

Enquadramento Legal

Os crimes sexuais são descritos no Código Penal, sob o título “Crimes Contra A Liberdade e Autodeterminação Sexual”. Dentro deste tema, estão englobados crimes como a coação sexual, a violação, o lenocínio, o abuso sexual de crianças (Governo da República Portuguesa, 1995). Para efeitos do presente estudo, tendo em conta que a amostra é constituída apenas por indivíduos que cometeram crimes de violação e/ou abuso sexual, independentemente da idade da vítima ou circunstâncias situacionais, as abordagens seguintes serão centradas nestes dois tipos de ofensores sexuais.

Segundo o Código Penal (Governo da República Portuguesa, 1995), a violação é definida no artigo 164º como:

1 – quem, por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa: a) a sofrer

ou praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; ou b) a sofrer introdução vaginal ou anal de partes de corpos ou objetos; é punido com pena de prisão de três a dez anos; e, 2- quem, por meio não compreendido no número anterior e abusando da autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, ou aproveitando-se de temor que causou, constranger outra pessoa: a) a sofrer ou praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; b) a sofrer introdução vaginal ou anal de partes de corpos ou objetos; é punido com pena de prisão até três anos. (p. 67)

Quanto à definição de abuso sexual, existem diferentes artigos no Código Penal (Governo da República Portuguesa, 1995) nos quais se encontram estas definições, tendo por base os diferentes tipos de vítimas. Assim, podemos encontrar o crime de Abuso Sexual de Pessoa Incapaz de Resistência (artigo 165º), Abuso Sexual de Pessoa Internada (artigo 166º), Abuso Sexual de Crianças (artigo 171º), e Abuso Sexual de Menores Dependentes (artigo 172º), entre outros.

Apesar da distinção ampla que o Código Penal prevê para os crimes sexuais importa, do ponto de vista científico, compreender quais os fatores e circunstâncias que estão associados ao aumento da probabilidade da prática destes crimes e quais os que contribuem para diminuir as probabilidades de ocorrência de um comportamento desviante deste tipo.

Fatores de Risco e Fatores Protetores

Vários teóricos têm centrado a importância que o papel das práticas parentais desempenha no comportamento criminoso, demonstrando que este influencia o grau com que os indivíduos se envolvem em comportamentos antissociais (Hoeve et al., 2009; citado por Oliveira, 2016). No que diz respeito aos fatores de risco familiares, em específico para o envolvimento dos indivíduos em crimes sexuais, vários estudos demonstraram a existência de uma relação entre o funcionamento familiar e a ocorrência de agressão sexual. Para Farrington (1996) a pertença a uma família numerosa, baixos níveis de supervisão parental, estilos educativos inconsistentes, antecedentes psiquiátricos e criminais na família podem estar relacionados com a ocorrência da agressão sexual.

Alguns autores afirmam ainda que as crianças abusadas fisicamente, sexualmente ou negligenciadas ficam mais expostas ao desenvolvimento de condutas agressoras (Kim et al., 2009).

O desenvolvimento cognitivo e rendimento escolar baixos, a reduzida empatia e a elevada impulsividade podem estar relacionados com a ocorrência de agressões sexuais (Lipsey & Derzon, 1998). Isto porque um quociente intelectual baixo está associado ao insucesso escolar que, consequentemente, pode levar a um envolvimento deficitário e ao insucesso escolar. Por sua vez estes fatores podem conduzir o indivíduo a abandonar precocemente a escola e a envolver-se em comportamentos desviantes causados pela sensação de exclusão social.

Para Ward et al. (1999) a ausência de empatia pela vítima está presente nos agressores sexuais. Neste sentido acredita-se que estes défices empáticos, possivelmente causados por experiências traumáticas precoces, possam estar relacionados com distorções cognitivas que impedem o agressor de perceber o impacto causado (Hunter et al., 2007).

Ao nível da reincidência do crime sexual verificou-se uma maior prevalência de perturbações da personalidade diagnosticadas nestes agressores. O motivo reside no facto de estas descreverem um padrão persistente de comportamento mal-adaptativo que se manifesta em várias áreas (e.g., cognição, afetividade, funcionamento interpessoal, controlo de impulsos) que podem desencadear um prejuízo no funcionamento social, podendo as repetidas agressões sexuais ser uma parte desse padrão comportamental (Doren, 2002).

Neste âmbito é também importante considerar os fatores de proteção, isto é, as características pessoais e circunstâncias associadas que reduzem a probabilidade de ocorrência de crimes sexuais (Andrews, 1995).

Segundo Garmezy e Masten (1994; citado por Oliveira, 2016) existem três fatores de proteção relevantes: (1) características individuais (e.g., autoestima, inteligência, capacidade para resolver problemas e competências sociais), (2) fatores familiares, (estabelecimento de vínculos afetivos positivos com a família) e (3) fatores da comunidade (e.g., escola, igreja, grupos de ajuda).

A capacidade para resolver problemas, a inteligência acima da média e as competências sociais (e.g., sucesso académico, participação e sucesso em atividades, capacidade de se relacionar facilmente, autoestima elevada e sensação de eficácia) são características que atuam como fatores de proteção (Rae-Grant et al., 1989).

A existência de vínculos afetivos, o apoio e supervisão parental são indicativos de fatores protetores que reduzem a probabilidade de as crianças desenvolverem comportamentos criminosos (Kumpfer & Alvarado, 2003).

A oportunidade de a criança interagir com os pais e outras figuras da sua comunidade, a sensação de pertença a uma rede social estabelecida são características que diminuem a probabilidade da criança vir a apresentar comportamentos delinquentes (Holden et al., 1998).

Tipologia dos Agressores Sexuais

Assim, podemos assumir que os agressores sexuais constituem um grupo heterogéneo que pode ser classificado segundo diferentes tipologias. O estabelecimento de tipologias, possibilita não só a identificação e caracterização deste tipo de indivíduos como também uma intervenção adequada e específica face às suas características. A utilidade desta diferenciação pode ser estendida ao nível da investigação criminal, no que concerne à identificação das características mais proeminentes de um determinado tipo de indivíduo que comete determinado tipo de comportamento sexual ofensivo, bem como na avaliação do comportamento sexual ofensivo futuro e ao nível da reincidência no crime (Burgess et al., 2007).

Neste tipo de crimes, o mais comum é a diferenciação destes sujeitos atendendo ao tipo de vítima. Contudo, para uma melhor compreensão destes indivíduos, é necessário conhecer as suas características e as motivações que estão inerentes ao seu comportamento ofensivo. Esta caracterização permite estabelecer um plano de tratamento mais eficaz, bem com uma forma de alocar estes indivíduos nas instituições judiciais mais adequadas (Robertello & Terry, 2007).

Como demonstrado, existem algumas características comuns nos violadores, como a baixa autoestima, problemas de abuso de substâncias, gestão ineficaz dos sentimentos de raiva e regulação estado de humor desadequada. Muitos deles provêm de famílias desestruturadas onde existe inconsistência nas práticas educativas. Rebocho (2007), ao estudar os violadores portugueses,

salientou que este tipo de agressores vivenciou um conjunto de experiências ao longo do seu desenvolvimento que originaram tais comportamentos, defendendo a importância de explorar essa realidade para que a intervenção seja a mais adaptada possível.

No caso dos abusadores sexuais de menores, o início do seu comportamento abusivo pode ter diferentes causas, mas na sua maioria as competências sociais deficitárias, a baixa autoestima, a sensação de inadequação, o sentimento de vulnerabilidade, a dificuldade nos relacionamentos interpessoais com adultos, a autoimagem negativa, os problemas em termos de realização sexual, a humilhação e a solidão, são as características mais presentes (Vieira, 2010).

Na literatura é possível encontrar tipologias de agressores sexuais distintas consoante o ato cometido (e.g., pedofilia, violação, necrofilia, exibicionismo, fetichismo, voyeurismo, masoquismo, sadismo, entre outros.). Contudo, importa salientar que as tipologias existentes sobre os agressores sexuais não são totalmente cabais, mas possibilitam uma compreensão mais complexa dos fenómenos que se pretendem estudar.

Na literatura são vários os autores que classificam os tipos de violadores e abusadores sexuais. Por exemplo, Cohen et al. (1971) refere a existência de quatro grupos diferentes de violação: (1) a violação de agressão, cujo objetivo do ofensor é humilhar a vítima com recurso, muitas vezes, ao uso de comportamentos sádicos; (2) a violação compensatória, em que o intuito do ofensor é demonstrar a competência sexual, como forma de compensar a ausência de adequação a uma vida socialmente adaptada; (3) a violação sexual agressiva, na qual, o ofensor impõe dano físico nas vítimas como fonte de obtenção de prazer; e, (4) a violação impulsiva, na qual, o ofensor comete o crime aproveitando uma oportunidade que surja.

No que toca aos abusadores de menores, Knight e Prentky (1990) criaram uma tipologia que considera dois eixos: (1) o eixo da fixação e competência social independentes entre si e (2) o eixo que tipifica a intensidade do contacto com as vítimas. Através desta diferenciação os autores pretendiam diferenciar os agressores e avaliar o dano e o risco de violência.

De facto, Burgess et al. (2007) reforçam a ideia da importância da classificação dos ofensores sexuais, permitindo uma melhor compreensão e caracterização dos indivíduos e, conseqüentemente, a construção de programas de intervenção mais individualizados e eficazes.

Investigações Realizadas no Âmbito dos Agressores Sexuais

A problemática dos crimes sexuais é um fenómeno complexo e tem vindo a ser reconhecida como um grande problema social e de saúde pública (Reis et al., 2015). Deixou, desde há muito, de ser uma questão de elite ou de minorias, para ser um problema da comunidade e dos agentes mais diretamente envolvidos com os indivíduos afetados por esta problemática. Como consequência do aumento do número de denúncias de casos de abuso sexual e violação em todo o mundo, cada vez mais os profissionais da saúde mental investem no desenvolvimento de programas de prevenção e de apoio à vítima (Grazina, 2016).

Apesar desta preocupação crescente e contínua, no desenvolvimento de estratégias de combate a esta realidade, poucos têm sido os esforços de intervenção junto dos ofensores sexuais, como forma de prevenção e intervenção.

No entanto, nas últimas décadas começa-se a assistir a uma preocupação crescente em compreender esta realidade, na perspetiva do abusador sexual.

Neste sentido, alguns estudos científicos têm-se debruçado sobre os fatores comuns a este fenómeno, havendo descobertas científicas que apontam para a presença de certas características neuropsicológicas transversais aos indivíduos que cometem crimes de abuso sexual.

Contudo, apesar do crescente interesse sobre esta realidade, são escassos os estudos que investigaram empiricamente a questão e grande parte da pesquisa científica sobre este tipo de crime comparou apenas os criminosos sexuais, de uma forma geral, com os criminosos não sexuais (Guay et al., 2005).

Dos estudos empíricos realizados verificou-se que uma parte não encontrou diferenças significativas entre os dois grupos (Tarter et al., 1983; Vera et al., 1979, citado por Guay et al., 2005). Outros estudos, que compararam certos subtipos de crimes sexuais, nomeadamente abuso sexual, embora alguns tenham encontrado diferenças significativas no funcionamento intelectual dos indivíduos que cometeram este tipo de crime (Langevin, et al., 1989; Ruff, et al., 1976, citado por Guay et al., 2005), outros não observaram tais diferenças (Ford & Linney, 1995, citado por Guay et al., 2005).

Uma das investigações que procurou avaliar várias dimensões neuropsicológicas, concluiu que os agressores sexuais, cujas vítimas são crianças, tendem a obter pontuações mais baixas do que os agressores sexuais de adultos ao nível das funções executivas, isto é, das competências cognitivas necessárias para controlar e regular os pensamentos, emoções e ações. Por outro lado, os agressores sexuais contra adultos tendem a obter resultados semelhantes aos de agressores não sexuais, obtendo pontuações mais baixas no que toca à fluência verbal e inibição (Joyal et al., 2014). No entanto, considerou-se necessária a realização de mais estudos neuropsicológicos que distingam subgrupos específicos de agressores sexuais para confirmar estas tendências.

Apesar da escassez de estudos que reconheçam os vários subtipos de agressores sexuais, quando se avaliam as características neuropsicológicas, grande parte das descobertas científicas parece apontar para um denominador comum relacionado com a inteligência geral (Cantor et al., 2005).

Ruff, et al. (1976) numa investigação em que compararam o QI de indivíduos condenados por crimes de abuso sexual com o QI de indivíduos condenados cujo crime não estivesse relacionado com o abuso sexual, obtiveram resultados que evidenciaram um QI significativamente mais baixo no caso dos agressores sexuais. Estes dados são concordantes com o estudo realizado por Guay et al. (2005), em que mostram que os agressores sexuais tendem a obter um desempenho mais baixo nas escalas que avaliam a inteligência, quando comparados aos resultados da restante população prisional. Também o estudo de Day (1994) dá suporte à ideia de que os ofensores sexuais podem constituir um grupo diferente dos restantes sujeitos, caracterizado por um desempenho intelectual limitado.

De facto, as evidências demonstram que a inteligência geral tem sido um fator neuropsicológico relevante a ser considerado nos indivíduos que cometeram crimes de abuso sexual, uma vez que tem sido estudado como estando associado a crimes desta natureza (Guay et al., 2005).

Há mais de 70 anos que a inteligência geral (QI) tem sido uma característica neuropsicológica muito estudada nos agressores sexuais (Cantor et al., 2005). Contudo, os resultados têm sido inconsistentes e os estudos relevantes são muito escassos. Neste sentido, como ponto de partida, pretende-se avaliar o QI de indivíduos a cumprirem prisão efetiva no Estabelecimento Prisional (EP) do Porto, por este tipo de crime. A pertinência do interesse neste tópico relaciona-se com as implicações que este estudo poderá ter na criação de orientações que possam pautar novas

formas de tratamento clínico e reduzir, conseqüentemente, a reincidência desta problemática (Capra et al., 2014).

Tendo como ponto de partida o quadro conceptual esboçado a partir dos estudos revistos, procuraremos nesta investigação avaliar e analisar uma determinada característica neuropsicológica, nomeadamente a inteligência geral (QI), dos agressores sexuais. Com este estudo pretende-se analisar a inteligência geral de indivíduos a cumprirem medida privativa de liberdade por crimes de abuso sexual, partindo da hipótese de que esta população possui um QI revelador de um funcionamento intelectual deficitário.

Método

Participantes

Procede-se em seguida a uma caracterização sociodemográfica da amostra, tendo em conta a idade, o estado civil e as habilitações literárias (Tabela 1).

A amostra deste estudo foi constituída por 50 adultos do sexo masculino, condenados, a cumprirem medida privativa da liberdade (prisão efetiva) no Estabelecimento Prisional do Porto, por crimes relacionados com abuso sexual. As idades variaram entre os 25 e os 70 anos, sendo a média de idades 46 anos. No que se refere ao estado civil, 42% dos indivíduos são casados ou vivem em união de facto, 30% são solteiros, 24% são divorciados e 2% são viúvos.

TABELA 1
Caracterização sociodemográfica da amostra

Variáveis	n	%	M	DP
Idade			46	10,6
≤ 30	4	8.2		
31 a 50 anos	27	55.1		
≥ 51 anos	18	36.7		
Estado Civil				
Solteiro	15	30.6		
Casado/União de facto	21	42.9		
Divorciado/Separado	12	24.5		
Viúvo	1	2.0		
Habilitações Literárias				
Analfabeto	1	2.2		
1º ciclo (4ª classe)	15	32.6		
2º ciclo (6º ano)	15	32.6		
3º ciclo (9º ano)	11	23.9		
Ensino secundário	2	4.3		
Ensino superior	2	4.3		

Instrumentos

No protocolo de avaliação recorreu-se a um questionário para recolha de dados sociodemográficos e um instrumento de avaliação da inteligência geral (Forma Geral das Matrizes Progressivas de Raven – FG-MPR), que passaremos a descrever, em seguida.

1. Questionário:

Trata-se de um questionário construído pelas investigadoras, especificamente para este estudo empírico, que permitiu a recolha de dados sociodemográficos relativos à idade, ao estado civil, às habilitações literárias, ao número de filhos e à família de origem.

2. Forma Geral das Matrizes Progressivas de Raven (FG-MPR):

A forma mais conhecida do Teste das MPR é a FG-MPR (publicada pela primeira vez em 1938) que foi concebida em Inglaterra por John Raven e Lionel Penrose, com o objetivo de medir os processos de educação que Spearman considerava como a essência da inteligência (Jensen, 1980, citado por Garcia, 2016).

A FG-MPR consiste em perceber as características principais de uma matriz total ou puzzle diagramático e apreender relações descobrindo, assim, as regras abstratas que governam as diferenças entre os elementos da matriz. O Teste da FG-MPR consiste num conjunto de tarefas inteiramente não-verbais e expressamente concebido para reduzir a dependência do item no conhecimento adquirido, no conteúdo cultural e escolar durante a obtenção em processos básicos de capacidade intelectual.

A FG-MPR é composta por sessenta puzzles diagramáticos divididos em cinco séries (A, B, C, D e E). A série A e série B, cada uma contém doze puzzles em formato 2 x 2 elementos, enquanto as séries C, D e E contêm doze puzzles em formato 3 x 3 elementos. A série A consiste simplesmente em preencher a parte em falta de uma matriz. As restantes séries requerem um raciocínio mais abstrato. Em cada caso, uma “célula” da matriz total (sempre no canto inferior direito) está ausente. Os participantes devem examinar a matriz e indicar quais das várias alternativas, de um conjunto de seis respostas possíveis para as matrizes em formato 2 x 2 elementos e um conjunto de oito respostas possíveis para as matrizes em formato 3 x 3 elementos, mais logicamente preenche a célula vazia (Raven, 1941, citado por Garcia, 2016). Os itens estão organizados em ciclos/séries de dificuldade gradual: cada série começa com itens fáceis e progressivamente vai avançando para itens mais difíceis. Cada série é iniciada com problemas considerados mais fáceis, de forma a manter a motivação do sujeito. A versão utilizada neste estudo foi a espanhola (Raven et al., 2001).

A cotação é feita pelo somatório das respostas (1 ponto por cada resposta correta e 0 por cada resposta incorreta ou em branco), convertendo o resultado total no percentil correspondente. Atendendo ao valor do percentil em que o sujeito se encontra é possível classificar o seu Grau Intelectual da seguinte forma: Grau I – Capacidade intelectual superior (i.e., percentil igual ou superior a 95), Grau II – Capacidade intelectual claramente acima da média (i.e., percentil entre 75 e 94), Grau III – Capacidade intelectual média (i.e., percentil entre 26 e 74), Grau IV – Capacidade intelectual claramente abaixo da média (i.e., percentil entre 6 e 25) e Grau V – Défice intelectual (i.e., percentil igual ou inferior a 5).

Os estudos psicométricos efetuados por Garcia (2016) numa amostra portuguesa, mostram que o valor de alpha de Cronbach deste instrumento é de .94, valor considerado

bastante satisfatório, pelo que podemos considerar que a FG-MPR apresenta uma consistência interna alta (Murphy & Davidshofer, 2004, citado por Garcia, 2016).

Procedimento

Para a prossecução deste estudo foi elaborado um documento onde se elencaram os objetivos da investigação em causa, bem como o conjunto de procedimentos e o tipo de amostra que iriam ser necessários para a conclusão do mesmo. Posteriormente este documento foi enviado, via e-mail, para a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais que remeteu a autorização, em forma de ofício, para as investigadoras.

A amostra foi definida, após autorização, através de um levantamento no EP do Porto de todos os reclusos a cumprirem medida privativa da liberdade por crimes relacionados com abuso sexual e violação, de forma a assegurar a representatividade da amostra, relativamente ao universo considerado.

Depois de constituída a amostra, solicitou-se a colaboração voluntária destes sujeitos e, numa sala, dividiram-se em grupos de 7 elementos (por sessão), com explicação sobre a natureza do estudo, o tipo de tratamento dos dados e a indicação expressa de garantia de confidencialidade através do preenchimento de um consentimento informado, em formato de papel. O preenchimento do consentimento informado, do questionário e do instrumento de avaliação foram sempre realizados na presença de uma das investigadoras.

Na primeira parte da sessão, procedeu-se à administração do questionário construído especificamente para este estudo com o objetivo de recolher dados sociodemográficos. Num segundo momento, aplicou-se o instrumento de avaliação da inteligência geral da FG-MPR.

Em todos os casos, sublinhou-se o carácter confidencial da informação a recolher, bem como o facto da análise dos dados e a sua divulgação, não envolver qualquer tipo de identificação do respondente.

A avaliação foi administrada no EP do Porto, em sala própria e em datas e horários articulados com este Estabelecimento, mediante a disponibilidade dos reclusos, sem interferir com o normal funcionamento da referida instituição.

Para o tratamento estatístico dos dados recorreu-se ao Programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), versão 25.0 para Windows.

Resultados

O trabalho empírico que irá ser apresentado destina-se a analisar a inteligência geral de indivíduos a cumprirem medida privativa de liberdade no Estabelecimento Prisional do Porto por crimes de abuso sexual e violação. Os resultados dados pela análise das respostas à Forma Geral das Matrizes Progressivas de Raven (FG-MPR) encontram-se na Tabela 2.

Pela análise dos resultados verificou-se que a média da pontuação bruta obtida nas respostas à FG-MPR foi de 30.9 (DP = 13.74), inserindo-se no percentil 5, o que corresponde ao Grau Intelectual de nível V, com a designação “Défice intelectual”.

TABELA 2*Médias das Séries da Forma Geral das Matrizes Progressivas de Raven (FG-MPR)*

	M	DP
Série A	9.22	3.47
Série B	7.44	3.61
Série C	5.62	3.10
Série D	6.02	3.29
Série E	2.60	2.26
Total	30.90	13.74

Discussão

Este estudo procurou aprofundar uma das características neuropsicológicas associadas aos indivíduos que cometeram crimes de abuso sexual e violação. Especificamente foi analisada a inteligência geral (QI) numa amostra constituída por 50 adultos do sexo masculino, condenados, a cumprirem medida privativa da liberdade (prisão efetiva) no Estabelecimento Prisional do Porto. No presente estudo pudemos constatar que os resultados indicam que os indivíduos condenados pelos crimes de abuso sexual e violação, em termos de QI, posicionam-se no percentil 5. Segundo Raven et al. (2001), os resultados que se inserem no percentil 5 enquadram-se no Grau Intelectual de nível V, que corresponde à designação de “défice intelectual” e a um QI de, aproximadamente, 75.

Os resultados são concordantes com os de outras investigações (Herrero et al., 2019; Cantor et al., 2005) uma vez que também estes constataram que os abusadores sexuais, a cumprirem pena de prisão, podem constituir um grupo específico de sujeitos, caracterizados por um desempenho intelectual limitado (Ruff et al., 1976). Corroboramos ainda o estudo empírico de Guay et al. (2005) que sugere que os indivíduos que cometeram crimes de abuso sexual diferem dos outros criminosos em termos de QI. As diferenças entre este tipo de agressores sexuais e os outros criminosos são particularmente significativas nas pontuações obtidas nas escalas de inteligência utilizadas. Quando comparados, os agressores sexuais mostraram resultados significativamente mais baixos nas escalas de desempenho. Já os resultados dos criminosos não sexuais tendem a revelar um défice mental, com melhor desempenho na escala não verbal do que na verbal, enquanto que os ofensores sexuais tendem a ter desempenho inferior em todas as escalas. Estes resultados sustentam a nossa hipótese inicial de que os indivíduos comprometidos com o sistema prisional por crimes de abuso sexual e violação possuem um funcionamento intelectual deficitário. Na mesma linha, Cantor et al. (2005) confirmam, em primeiro lugar, que os homens adultos que cometem crimes de abuso sexual têm pontuação inferior, em termos de QI, do que os homens adultos que cometem crimes não sexuais. Este estudo vai mais longe confirmando que, para homens adultos, as diferenças de QI variam entre os subtipos de agressores sexuais consoante a idade da vítima - quanto mais jovem a vítima de abuso sexual, menor o QI do agressor sexual. Estas conclusões podem oferecer diferentes perspetivas a estudos que, tal como o nosso, não distinguiram a heterogeneidade de indivíduos dentro de cada amostra. Ou seja, os agressores sexuais que atentaram contra adultos e os agressores sexuais que atentaram contra crianças,

constituem subtipos distintos de agressores sexuais. Desta forma, as amostras que não distinguiram esta categorização, consoante a idade da vítima, facilmente se tornam confundidoras. Tal pode implicar a diminuição do QI médio de agressores sexuais no geral.

Um outro dado comparativo interessante, para além dos estudos que constatarem o funcionamento intelectual dos indivíduos a cumprirem medida privativa de liberdade, diz respeito à comparação do QI destes indivíduos, com o da população em geral. De acordo com um estudo conduzido, em Portugal, por Garcia (2016), numa amostra com 697 pessoas, verificou-se que a média da pontuação bruta obtida na FG-MPR foi de 44.47 (DP = 10.78), o que corresponde ao grau intelectual de nível III com a designação “Capacidade intelectual média.” Segundo estes dados, a amostra do nosso estudo, apresenta um QI inferior, quando comparado aos estudos supracitados, realizados com a população portuguesa.

Esta conclusão encontra suporte integral noutros estudos (Bonta et al., 1996; Guay et al., 2005) quando nos seus trabalhos concluem que o funcionamento intelectual dos indivíduos a cumprirem pena de prisão por crimes relacionados com abuso sexual é muito inferior aos valores médios da inteligência encontrados junto da população geral.

Uma explicação que pode oferecer sustentação a estes dados é a de que as diferenças de QI são, de facto, genuínas e refletem uma deficiência subjacente nas funções cerebrais. Autores que defendem esta afirmação (Galski et al., 2001) afirmam que o funcionamento intelectual deficitário reflete-se numa tomada de decisão desinibida ou uma falha em compreender as consequências, resultando por vezes num comportamento sexual ofensivo.

Nesta linha de pensamento surgem alguns estudos que relacionam este défice intelectual com a presença de determinadas anomalias cerebrais como fatores que podem contribuir para o abuso sexual (Cantor et al., 2005). Algumas teorias associam o abuso sexual a disfunções no córtex pré-frontal e à desinibição comportamental (Dolan et al., 2002; Stone & Thompson, 2001). Outras teorias implicam as regiões temporolímbicas na desinibição comportamental (Graber et al., 1982) e as estruturas profundas do lobo temporal na regulação do comportamento sexual (Hucker et al., 1986). Por último, alguns estudos afirmam que os agressores sexuais apresentam disfunções nas regiões temporais que podem causar perturbação dos impulsos sexuais e mudanças na região frontal proporcionando desinibição comportamental (Cohen et al., 2002).

Apesar do funcionamento intelectual reduzido ser um indicador predominante nos sujeitos que praticaram crimes de abuso sexual, não se pode afirmar este facto como causa para uma relação direta entre um QI reduzido e comportamentos de abuso sexual, mas poderá ser um ponto de partida relevante no estudo destes comportamentos, assim como para o desenvolvimento de programas de intervenção que tenham em consideração estes fatores.

De facto, um programa de intervenção eficaz requer uma abordagem adaptada às características do agressor sexual, bem como à complexidade do problema (Carvalho, 2008). Seguindo esta linha de pensamento, as abordagens de tratamento psicológico para agressores sexuais com défices intelectuais parecem estar, atualmente, mais distanciadas das abordagens psicanalíticas e comportamentais, dando lugar a tratamentos com base cognitivo-comportamental (Brown, 2010), cuja taxa de eficácia tem-se revelado elevada. Estes programas visam reduzir o risco de reincidência sexual, alterando as cognições e atitudes do agressor (Beck, 1995). Isto é feito diretamente ao abordar o comportamento ofensivo ou tratando uma perturbação mental subjacente, para reduzir a probabilidade de reincidência subsequente (Gordon & Grubin, 2004).

Num estudo levado a cabo por Jones e Chaplin (2017) a terapia cognitivo-comportamental, para ofensores sexuais com défice intelectual, parece demonstrar resultados promissores em termos de melhorias nas atitudes relacionadas com o crime/excitação sexual, conhecimento sexual e empatia pela vítima.

Em Portugal são escassos os tratamentos que visam abordar esta problemática. Um dos poucos exemplos é o Programa de Intervenção Dirigido a Agressores Sexuais, implementado desde 2009 em três estabelecimentos prisionais, segundo a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (Fernandes, 2014). O programa centra-se no modelo cognitivo-comportamental e tem como objetivo a prevenção da reincidência e, conseqüentemente, minimizar o impacto negativo que esta tipologia de crimes reflete na vítima. Trata-se de um programa facultativo, o que pode explicar a escassa adesão ao mesmo, segundo Fernandes (2014).

Contudo, à exceção do programa descrito anteriormente, a maioria dos programas de intervenção direcionados para agressores, não têm em consideração a especificidade dos crimes de abuso sexual, optando por abordagens mais generalistas. No entanto, em vários países aplicam-se diferentes tipos de programas de intervenção com esta população específica.

Na Finlândia, o programa SOTP - Sex Offender Treatment Programme, está implementado desde 1999 e é constituído por um conjunto de 85 sessões durante 9 meses, direcionado para agressores sexuais considerados de médio e alto risco. Fundamenta-se na teoria cognitivo-comportamental e no programa Core. O SOTP é, também, um dos programas utilizados no Reino Unido e procura focar-se nos pensamentos, emoções e comportamentos dos agressores sexuais, ou seja, nos mecanismos utilizados na tomada de decisão, na autoestima, na autoafirmação e nas competências cognitivas (Sanderson, 2005). O principal objetivo deste programa de intervenção passa por capacitar os ofensores sexuais com competências e ferramentas de autocontrolo, de forma a evitar a reincidência.

Em relação aos Estados Unidos, quando se fala no tratamento de agressores sexuais, a área de maior intervenção é o tratamento oferecido nos estabelecimentos prisionais. A maioria dos estados oferece tratamento em pelo menos um estabelecimento prisional, com base no nível de risco apresentado (West et al., 2000).

Um outro programa de tratamento para o controlo da agressão sexual (CAS-R - Programa de Tratamento para el Control de la Agressión Sexual) foi criado por Rossoni e Fuentes (2013). Este programa foca-se nas componentes cognitivo-comportamentais, pautando-se por uma metodologia de intervenção socioeducativa com avaliação de risco que permite determinar a intensidade e o foco da intervenção (Rossoni & Fuentes, 2013). Este programa tem como objetivo o desenvolvimento da autoestima e competências sociais, de forma a evitar a reincidência. A intervenção assenta na perceção que o agressor sexual tem acerca do seu problema. Para além disto, trabalha-se a identificação de pensamentos, emoções e interações que o agressor vivenciou antes, durante e após o cometimento do crime (Rossoni & Fuentes, 2013). O programa CAS-R é destinado a jovens do sexo masculino e feminino entre os 14 e 18 anos acusados de crimes de abuso sexual (Rossoni & Fuentes, 2013).

A maioria destes programas foi sujeito a modificações para lidar com o défice intelectual destes indivíduos, incluindo as dificuldades em compreender conceitos abstratos e problemas com a memória de trabalho (Sturmey, 2004).

Apesar dos resultados positivos demonstrados pela maioria das intervenções, na maioria dos estudos sobre a eficácia dos programas de tratamento, a falta de um grupo de controlo torna

particularmente desafiador concluir se essas melhorias são devidas ao tratamento ou se teriam ocorrido de qualquer maneira na ausência de tratamento (Jones & Chaplin, 2017).

No entanto, apesar da imprecisão da eficácia, um facto que parece unânime é o de que, os programas de tratamento devem ser escolhidos com base nas características individuais dos agressores sexuais, uma vez que nem todos aqueles que se envolvem em crimes de abuso sexual beneficiam de tratamento específico (Olver & Wong, 2013).

Letourneau et al. (2004) acrescentam ainda que, os jovens que recebem tratamento adequado quando cometem crimes de abuso sexual, tendem a não reincidir na idade adulta. Estes dados permitem perceber, de forma clara, a urgência em intervir junto desta população, direcionando o tratamento para a educação e capacitação destes jovens de forma a orientarem corretamente os seus comportamentos sexuais, promovendo a autoconsciência sobre a proibição do uso de violência e a importância do consentimento (Illescas et al., 2012).

A falta de informação e conhecimento profundo acerca dos ofensores sexuais e suas características parece ser a maior fragilidade quando se aborda o sucesso dos programas de intervenção. Torna-se, portanto, fundamental conhecer melhor a tipologia dos agressores sexuais, o seu comportamento, o tipo de vítima, a motivação e o risco de reincidência, para se poder implementar uma avaliação e intervenção especializadas, que reduzam o risco de repetição do crime.

Alguns estudos realizados procuraram estabelecer tipologias, atendendo à caracterização dos ofensores sexuais. Amir (1971; citado por Vieira, 2010), caracterizou os violadores como sendo indivíduos de idade mais nova, de raça negra, solteiros e de baixo nível socioeconómico. Por outro lado, Abel e Rouleau (1990; citado por Blackburn, 1998) defendem que os ofensores sexuais são semelhantes, na generalidade, à globalidade da população.

Outros estudos demonstraram que os violadores apresentam elevadas níveis de hostilidade, irritabilidade, impulsividade, julgamento social deficitário e conflitos com as autoridades (Blackburn, 1998).

O que se tem verificado também, em diferentes estudos, é que na maioria das vezes as ofensas sexuais iniciam-se no período da adolescência (Vieira, 2010).

A preferência sexual por crianças ocorre mais em homens, havendo também ofensores que preferem os dois sexos. Muitos abusadores sexuais de menores acreditam que a criança não é capaz de verbalizar o desejo em manter relações sexuais com o adulto e, como tal, não percecionam o seu comportamento como atípico. Estes indivíduos encaram as relações com as crianças como menos ameaçadoras do que as com os adultos, tratando-se de uma relação de poder e controlo face ao menor. Alguns autores classificam a atuação dos pedófilos como um ato narcisista, refletindo o envolvimento que gostariam de ter tido na infância. Salientam-se como características deste grupo de indivíduos, a imaturidade, baixa autoestima, introversão, sensibilidade e pouco sentido de humor (Vieira, 2010).

Alguns estudos demonstram que as lacunas apresentadas nos comportamentos de intimidade na idade adulta são o reflexo de problemas de vinculação na infância, repercutindo-se ao nível da experiência emocional (Hojat & Crandall, 1989; citado por Vieira, 2010). Por sua vez, este relacionamento íntimo disfuncional pode gerar diversos tipos de consequências que podem culminar em atos de violência nas relações íntimas.

Seidman et al. (1994) clarificaram que os défices de competências no relacionamento interpessoal dificultam a capacidade destes indivíduos estabelecerem relacionamentos adequados e adaptados. Estes autores demonstraram que os défices de competências no relacionamento

íntimo são distintos e característicos nos ofensores sexuais. Os violadores e os abusadores sexuais de menores são os que apresentam maior déficit nestas competências, quando comparados aos restantes ofensores. Estes indivíduos apresentam, também, maior historial de violência na família de origem.

Conclusão

O crime, tratando-se de um fenómeno social cuja complexidade tem vindo a aumentar ao longo dos tempos, tornou-se alvo de constantes teorizações e investigações por parte de diferentes áreas científicas, com o intuito de melhor compreender e explicar as suas características, permitindo que as intervenções sejam cada vez mais eficazes e eficientes.

Neste âmbito, têm sido muitas as evidências que sugerem que o funcionamento intelectual está associado ao crime. Segundo os estudos apresentados, as condutas criminosas apresentavam um fator comum relacionado com um funcionamento intelectual deficitário. Isto permitiu-nos questionar se este desempenho intelectual mais baixo se verificava num tipo específico de crimes, nomeadamente aqueles que estão relacionados com abuso sexual e violação.

Foi com base nestas ideias que partiu esta investigação, com o objetivo de avaliar e analisar uma das características neuropsicológicas, nomeadamente a inteligência geral (QI), dos indivíduos que cometeram crimes de violação e abuso sexual. Assim, quanto aos objetivos deste estudo conseguimos apurar que estes indivíduos possuem um QI revelador de um desempenho intelectual deficitário.

O presente estudo apresenta algumas limitações. Primeiro, a amostra utilizada contempla um número reduzido de sujeitos, uma vez que se circunscreveu a um único Estabelecimento Prisional. Futuramente, seria interessante realizar um estudo com objetivos semelhantes e aplicá-lo em todos os Estabelecimentos Prisionais do país. Uma amostra mais ampla, isto é, que inclua mais sujeitos comprometidos com o sistema prisional devido a este tipo de crime, poderá providenciar informação adicional à hipótese, inicialmente, testada. Em segundo lugar, ao ter em consideração a amostra, na sua totalidade, como um grupo homogéneo, sem recorrer a uma discriminação de diferentes critérios (por exemplo, idade e sexo da vítima, relacionamento entre o agressor sexual e a vítima) pode ter fornecido uma visão segmentada dos défices intelectuais dos agressores sexuais. Estudos futuros poderão ter esta desvantagem em consideração de forma a fornecerem resultados mais detalhados. Em terceiro, a versão utilizada das Matrizes Progressivas de Raven neste estudo foi a espanhola (Raven et al., 2001), sendo que a prova não está aferida à população portuguesa. Seria pertinente comparar os resultados deste estudo com os de outras provas que avaliem, igualmente, a inteligência geral.

Em conclusão, os agressores sexuais partilham limitações comuns ao nível da inteligência geral. Este déficit intelectual, por si só, evidentemente, não explica os comportamentos de abuso sexual, mas constitui-se como um ponto de partida útil para a investigação e para a intervenção. Além disso, estes resultados podem beneficiar a criação de programas de intervenção mais específicos e adaptados a esta população. Nesse sentido, julga-se pertinente a condução de estudos futuros que avaliem mais profundamente estas características nos agressores sexuais.

Referências

- Andrews, D. (1995). The Psychology of Criminal Conduct and Effective Treatment. In J. McGuire (Ed.), *What Works: Reducing Reoffending – Guidelines from Research and Practice* (pp. 35-62). John Wiley & Sons Ltd.
- Beck, J. (1995). *Cognitive therapy: Basics and beyond*. Guilford.
- Blackburn, R. (1998). *The Psychology of Criminal Conduct: Theory, Research and Practice*. John Wiley & Sons Inc.
- Bonta, J., Harris, A., Zinger, I., & Carriere, D. (1996). *The crown files research project: A study of dangerous offenders*. Solliciteur Général du Canada.
- Brown, S. (2010). *Treating Sex Offenders: An Introduction to sex offender treatment programmes*. Willan Publishing.
- Burgess, A., Commons, M., Safarik, M., Looper, R., & Ross, S. (2007). Sex offenders of the elderly: Classification by motive, typology, and predictors of severity of crime. *Aggression and Violent Behavior*, 12, 582-597. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2007.02.006>
- Cantor, J. M., Blanchard, R., Robichaud, L. K., & Christensen, B. K. (2005). Quantitative reanalysis of aggregate data on IQ in sexual offenders. *Psychol Bull*, 131(4), 555-568. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.131.4.555>
- Capra, G., Forresi, B., & Caffo, E. (2014). Current scientific research on paedophilia: A review. *Journal of Psychopathology*, 20, 17-26.
- Carvalho, V. (2008). *O que é a pedofilia e quem é o pedófilo* [Master's thesis, Universidade Católica de Pernambuco]. http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/136/1/dissertacao_vanessa_carneiro.pdf
- Cohen, M. L., Garofalo, R. F., Boucher, R., & Seghorn, T. (1971). The psychology of rapists. *Seminars in Psychiatry*, 3, 307-327.
- Cohen, L. J., Nikiforov, K., Gans, S., Poznansky, O., McGeoch, P., Weaver, C., King, E. G., Cullen, K., & Galynker, I. (2002). Heterosexual male perpetrators of childhood sexual abuse: a preliminary neuropsychiatric model. *Psychiatric Quarterly*, 73(4), 313-336. <https://doi.org/10.1023/a:1020416101092>
- Cusson, M. (1998). *Criminologie actuelle*. Presses Universitaires de France.
- Cusson, M. (2007). *Criminologia* (2^aed.). Casa das Letras.
- Day, K. (1994). Male mentally handicapped sex offenders. *British Journal of Psychiatry*, 165, 630-639. <https://doi.org/10.1192/bjp.165.5.630>
- Diaz, A., Belena, A., & Baguena, M.R. (1994). The role of gender in juvenile delinquency: Personality and intelligence. *Personality and Individual Differences*, 16(2), 309-314. [https://doi.org/10.1016/0191-8869\(94\)90167-8](https://doi.org/10.1016/0191-8869(94)90167-8)
- Dolan, M., Millington J., & Park, I. (2002). Personality and neuropsychological function in violent, sexual, and arson offenders. *Medicine, Science and the Law*, 42(1), 34-43. <https://doi.org/10.1177/002580240204200107>
- Doren, D. M. (2002). *Evaluating Sex Offenders: A Manual for Civil Commitments and Beyond*. Sage Publications.
- Farrington, D. P. (1996). The explanation and prevention of youthful offending. In P. Cordelia & L. Siegel (Eds.), *Reading in contemporary criminological theory* (pp. 257-272). Northeastern University Press.

- Fernandes, S. (2014). Caracterização do Abusador Sexual de Crianças [Master's thesis, Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões].
<https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/632/1/Constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20Tese%20PDF.pdf>
- Freeman, J. (2012). The relationship between lower intelligence, crime and custodial outcomes: a brief literary review of a vulnerable group. *Vulnerable Groups & Inclusion*, 3, 1-15. <https://doi.org/10.3402/vgi.v3i0.14834>
- Galski, T., Thornton, K. E., & Shumsky, D. (1990). Brain dysfunction in sex offenders. *Journal of Offender Rehabilitation*, 16(2), 65–80. https://doi.org/10.1300/J076v16n01_04
- Garcia, I. (2016). Estudo Preliminar das Propriedades Psicométricas e dos Dados Normativos da Forma Geral das Matrizes Progressivas de Raven numa Amostra da Comunidade. Instituto Superior Miguel Torga.
- Gibson, H. B., & West, D. J. (1970). Social and intellectual handicaps as precursors of early delinquency. *British Journal of Criminology*, 10, 21–32. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.bjc.a046212>
- Gordon, H., & Grubin, D. (2004). Psychiatric aspects of the assessment and treatment of sex offenders. *Advances in Psychiatric Treatment*, 10, 73-80. <https://doi.org/10.1192/apt.10.1.73>
- Governo da República Portuguesa. (1995). Decreto-Lei nº 48/95 do Código Penal: Diário da República: I série, nº 63. <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34437675/view>
- Graber, B., Hartmann, K., Coffman, J. A., Huey, C. J., & Golden, C. J. (1982). Brain damage among mentally disordered sex offenders. *Journal of Forensic Sciences*, 27(1), 125-134. <http://doi.org/10.1520/JFS11457J>
- Grazina, T. (2016). Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral – Avaliação do Impacto em Crianças e Respetivos Cuidadores. Escola de Ciências Sociais e Humanas Departamento de Psicologia Social e das Organizações.
- Guay J., Ouimet, M., & Proulx, M. (2005). On intelligence and crime: A comparison of incarcerated sex offenders and serious non-sexual violent. *International Journal of Law and Psychiatry*, 28, 405-417. <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2004.03.010>
- Hayes, S. & McIlwain, D. (1988). The Prevalence of Intellectual Disability in the New South Wales Prison Population: An Empirical Study. Criminology Research Council.
- Herrero, Ó., Escorial, S., & Colom, R. (2019). Rapists and Child Abusers Share Low Levels in Executive Updating, but Do not in Fluid Reasoning. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 11(1), 1-7. <https://doi.org/10.5093/ejpalc2018a10>
- Hirschi, T., & Hindelang, M. J. (1977). Intelligence and delinquency: A revisionist review. *American Sociological Review*, 42, 571-587. <https://doi.org/10.2307/2094556>
- Holden, G. W., Geffner, R., & Jouriles, E. N. (1998). Appraisal and outlook. In G. W. Holden, G. W., & E. F. N. Jouriles (Eds.), *Children exposed to marital violence: Theory, research and applied issues* (pp. 409-421). American Psychological Interamericana Ltda.
- Hucker, S., Langevin, R., Wortzman, G., Bain, J., Handy, L., Chambers, J., & Wright, S. (1986). Neuropsychological impairment in pedophiles. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 18(4), 440–448. <https://doi.org/10.1037/h0079965>
- Hunter, J. A., Figueredo, A., Becker, J., & Malamuth, N. (2007). Non-sexual delinquency in juvenile sexual offenders: the mediating and moderating influences of emotional empathy. *Journal of Family Violence*, 22(1), 43-54. <https://doi.org/10.1007/s10896-006-9056-9>

- Illescas, S., Ramírez, M., García, M., Duque, C., Villareal, D., & Torre, M. (2012). Programa de Intervención con Agresores Sexuales Juveniles. Agencia de la Comunidad de Madrid para la Reeduación y la Reinserción del Menor Infractor.
- Jolliffe, D., & Farrington, D. (2004). Empathy and offending: A systematic review and meta analysis. *Aggression and Violent Behaviour*, 9, 441-476. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2003.03.001>
- Jones, E., & Chaplin, E. (2017). A systematic review of the effectiveness of psychological approaches in the treatment of sex offenders with intellectual disabilities. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 33(1), 79-100. <https://doi.org/10.1111/jar.12345>
- Joyal, C., Beaulieu-Plante, J., & Chantérac, A. (2014). The Neuropsychology of Sex Offenders: A Meta-Analysis. *Sage*, 26(2), 149-177. <https://doi.org/10.1177/1079063213482842>
- Kim, H., Capaldi, D., Pears, K., Kerr, D., & Owen, L. (2009). Intergenerational transmission of internalising and externalising behaviours across three generations: Gender-specific pathways. *Criminal Behavior and Mental Health*, 19(2), 125-141. <https://doi.org/10.1002/cbm.708>
- Knight, R. A., & Prentky, R.A. (1990). Classifying sexual offenders: the development and corroboration of taxonomic models. In W.L.Marshall, D.R. Laws & H.E. Barbaree (Eds.), *Handbook of sexual assault: Issues, theories, and treatment of the offender* (pp. 23-52). Plenum Press.
- Kumpfer, K. L., & Alvarado, R. (2003). Family strengthening approaches for the prevention of youth problem behaviors. *American Psychologist*, 58(6-7), 457-465. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.58.6-7.457>
- Langevin, R., Wortzman, G. Wright, P. & Handy L., (1989). Studies of Brain Damage and Dysfunction in Sex Offenders. *Annals of Sex Research* 2, 163-179. <https://doi.org/10.1007/BF00851321>
- Letourneau, E., Schoenwald, S., & Sheidow, A. (2004). Children and Adolescents with Sexual Behavior Problems. *Child Maltreatment*, 9(1), 49-61. <https://doi.org/10.1177/1077559503260308>
- Lipsey, M. W., & Derzon, J. H. (1998). Predictors of violent or serious delinquency in adolescence and early adulthood: A synthesis of longitudinal research. In R. Loeber and D. P. Farrington (Eds.), *Serious and violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions* (pp. 86-105). Sage.
- Magdol, L., Moffitt, T. E., Caspi, A., & Silva, P. A. (1998). Developmental antecedents of partner abuse: A prospective-longitudinal study. *Journal of Abnormal Psychology*, 107(3), 375-389. <https://doi.org/10.1037/0021-843X.107.3.375>
- McGarvey, B., Gabrielli, W. F., Bentler, P. M., & Mednick, S. A. (1981). Rearing social class, education, and criminality: A multiple indicator model. *Journal of Abnormal Psychology*, 90(4), 354-364. <https://doi.org/10.1037/0021-843X.90.4.354>
- Oliveira, S. (2016). O modus operandi de agressores sexuais adultos: diferenças entre agressores sexuais de crianças, violadores e pedófilos [Master's thesis, Universidade do Porto]. <https://www.rcaap.pt/detail.jsp?id=oai:repositorio-aberto.up.pt:10216/89335>
- Olver, M., & Wong, S. (2013). Treatment programs for high risk sexual offenders: Program and offender characteristics, attrition, treatment change and recidivism. *Aggression and Violent Behavior*, 18(5), 579-591. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2013.06.002>
- Rae-Grant, N., Thomas, B. E., Offord, D. R., & Boyle, M. H. (1989). Protective factors, and the prevalence of behavior and emotional disorders in children and adolescents. *Journal of American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 28(2), 262-268. <https://doi.org/10.1097/00004583-198903000-00019>
- Raven, J. C., Court, J. H., & Raven, J. (2001). Raven: matrices progresivas: Escalas Color (CPM), General (SPM), Superior (APM) – Manual (3ª edición). Tea Ediciones.
- Rebocho, M. F. (2007). Caracterização do Violador Português: Um Estudo Exploratório. Almedina.

- Reis, D., Barros, A., & Cavalcante, L. (2015). Agressor sexual de crianças e adolescentes: uma discussão sobre o gênero dos participantes na literatura. *Psicologia em Revista Belo Horizonte*, 21(2), 252-272. <http://dx.doi.org/DOI10.5752/P.1678-9523.2015V21N2P251>
- Robertiello, G., & Terry, K. J. (2007). Can we profile sex offenders? A review of sex offender typologies. *Aggression and Violent Behavior*, 12, 508-518. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2007.02.010>
- Rossoni, O. V., & Fuentes, G. G. (2013). Programa de Tratamento para el Control de la Agressión Sexual CAS-R. Corporación OPCIÓN.
- Ruff C. F., Templar D. I., & Ayers J. L. (1976). The intelligence of rapists. *Archives of Sexual Behavior*, 5(4), 327-329. <https://doi.org/10.1007/BF01541880>
- Sanderson, C. (2005). Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais. M. Books.
- Seidman, B. T., Marshall, W. L., Hudson, S. M., & Robertson, P. J. (1994). An Examination of Intimacy and Loneliness in Sex Offenders. *J Interpers Violence*, 9, 518-534. <https://doi.org/10.1177/088626094009004006>
- Stone, M. H., & Thompson, E. H. (2001). Executive function impairment in sexual offenders. *The Journal of Individual Psychology*, 57(1), 51-59.
- Sturme, P. (2004). Cognitive therapy with people with intellectual disabilities: a selective review and critique. *Clinical Psychology & Psychotherapy*, 11, 222-232. <https://doi.org/10.1002/cpp.409>
- Vieira, S. A. (2010). Ofensores Sexuais: Das Crenças ao Estilo de Pensamento [Master's thesis, Universidade do Minho]. <http://hdl.handle.net/1822/14246>
- Ward, T., Fon, C., Hudson, S., & McCormack, J. (1999). A Descriptive Model of Dysfunctional Cognitions in Child Molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, 13(1), 129-155.
- Welte, J., & Wiczorek, W. (1999). Alcohol, intelligence and violent behaviour in young males. *Journal of Substance Abuse*, 10(3), 309-319. [https://doi.org/10.1016/S0899-3289\(99\)00002-4](https://doi.org/10.1016/S0899-3289(99)00002-4)
- West, M., Hromas, C., & Wenger, P. (2000). State Sex Offender Treatment Programs. Colorado Department of Corrections.
- Wilson, J. Q., & Herrnstein, R. J. (1985). *Crime and human nature*. Simon & Schuster.
- Wolfgang, M. E., Figlio, R. M., & Sellin, T. (1972). *Delinquency in birth cohort*. University of Chicago Press.
- Yeudall, L.T., Fromm-Auch, D., & Davies, P. (1982). Neuropsychological impairment of persistent delinquency. *Journal of Nervous and Mental Disease*, 170, 257-265. <http://doi.org/10.1097/00005053-198205000-00001>